

A Profa. Raine Assumpção iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e solicitou que os integrantes da nova gestão se apresentassem para os membros do Comitê.

Informe sobre planejamento para retorno progressivo e seguro das atividades presenciais- Profa. Isabel Hartmann informou que desde o início da pandemia, em março de 2020, foi nomeado o Comitê permanente de enfrentamento ao coronavírus (CPEC) com o intuito de assessorar a universidade no enfrentamento à pandemia. A discussão sobre o retorno seguro das atividades data de outubro de 2020, ocasião em que foi apresentado no Consu (Conselho Universitário) normas e diretrizes que indicavam necessidade de protocolos de biossegurança e necessidade de adaptação dos espaços e da infraestrutura, porém, o debate sobre o retorno ficou suspenso e retomado recentemente. Disse que no âmbito do Campus São Paulo, destinado aos cursos na área da saúde, as atividades práticas estão ocorrendo presencialmente desde o fim ano passado. No Consu de agosto de 2021 foi aprovada uma Resolução sobre o planejamento do retorno seguro, esclareceu que o documento não obriga o retorno, mas determina a maneira como as diferentes unidades universitárias devem fazer o processo de planejamento de retorno, indicando condições e necessidade de retorno das atividades presenciais. O planejamento das atividades garante que todas as áreas envolvidas estejam representadas numa comissão local de planejamento. A previsão de retorno é bastante restrita, iniciando em outubro p.f., priorizando atividades práticas, sendo que 10% das atividades de graduação retornarão de modo presencial, e o retorno será faseado. Lembrou que a vacina é fundamental, mas o protocolo de biossegurança é que vai garantir o retorno seguro. A Paulistinha está operando em nível emergencial, recebendo menos de 20% das crianças em situação de vulnerabilidade. Profa. Raiane enfatizou que todas as atividades foram mantidas durante a pandemia, que as atividades de ensino, pesquisa e extensão foram readequadas e reestruturadas para ocorrerem de maneira remota, ou seja, a universidade não parou, porém a natureza de realizar as atividades foram pensadas para ocorrerem de forma presencial, é preciso reconhecer que a situação atual é atípica em função da pandemia. Dada a natureza presencial das atividades é necessário processualmente fazer um planejamento de retorno conforme cenário epidemiológico que se apresenta. No âmbito do Consu foi aprovada a Resolução de planejamento seguro de retorno, com base nos protocolos e fases estabelecidas pelo CPEC, criou também equipes de suporte para as comissões locais.

Informe sobre alteração do Procurador-chefe da Unifesp- Profa. Raiane comunicou que no dia 04 de agosto a Unifesp foi informada via Diário Oficial sobre a substituição do procurador chefe, ressaltou que a Procuradoria tem um papel muito importante de suporte para a gestão, subsidiando a universidade do ponto de vista jurídico nas tomadas de decisões. O ato foi imediatamente comunicado ao Consu e a gestão se comprometeu a entrar em contato com o MEC (Ministério da Educação) para esclarecer o motivo da substituição, considerando que, historicamente e com a Instrução Normativa que rege o assunto, trata-se de um ato composto entre a universidade e o MEC, sendo que a mudança do procurador chefe ocorre a pedido da universidade ou do procurador chefe. No rito do processo, o MEC apresenta à Procuradoria Federal a demanda que envia nomes e o MEC escolhe o procurador em comum acordo com a universidade, fato que não ocorreu. A Universidade já manifestou ao MEC que não participou do processo da forma como está estabelecido legalmente, que não houve pedido e nem anuência da troca. Solicitou várias audiências junto ao MEC e entrou com representação no Ministério Público Federal solicitando uma justificativa da mudança. O Consu seguinte emitiu uma nota de anuência ao ato de exoneração e solicitou a nomeação de um novo procurador. Neste processo de atuação junto ao MEC sempre houve o apoio da Andifes (Associação Nacional dos

Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior). Ressaltou que a questão não é pessoal, mas institucional, a forma como ocorreu e como foi comunicada a respeito da substituição. Informou também que foram feitas várias reuniões com a Procuradoria Geral Federal para entender melhor o processo e que a Adunifesp (Associação dos Docentes da Unifesp) entrou com uma ação civil pública. Também informou que no 14 p.p em reunião com o MEC solicitou o reinício do processo de substituição, como foi feito com todas as universidades. Profa. Ana Lúcia Gazzola perguntou se não partiu da universidade o pedido de substituição do procurador, por qual motivo vai reiniciar o processo de troca, que o correto seria pedir a reversão da situação anterior. Profa. Raiane respondeu que a universidade não tinha intenção de trocar de procurador e que não foi possível reverter a situação, sendo que a melhor solução para sanar a violação à autonomia universitária foi solicitar o reinício do processo para que a universidade tivesse a possibilidade de participar da escolha do procurador. Profa. Ana Lúcia observou que o ato perpetrado pelo MEC é uma clara violação da autonomia universitária. A relação da reitoria com a procuradoria precisa ser uma relação de harmonia e entendimento, trata-se de violação ao art 207 da Constituição Federal que define a autonomia universitária. Igualmente grave foram as indicações de reitores não eleitos pela comunidade universitária. Sugeriu que o Comitê se manifeste, por meio de uma carta, pedindo a igualdade no tratamento e respeito ao artigo 207 da Constituição Federal. Prof. Renato Cordeiro endossou a fala da Profa. Ana Lúcia quanto ao desrespeito à autonomia universitária, além da manifestação do colegiado e sugeriu recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal). Prof. Fábio Venturini disse que, como presidente da Adunifesp, em assembleia com a associação, decidiram entrar com a ação civil pública questionando o ato de exoneração do procurador. Esclareceu que a primeira tese foi de entrar com mandado de segurança contra o Ministro da Educação, mas o mandado de segurança teria que ser enviado ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), correndo-se o risco de criar jurisprudência nacional desfavorável à discussão. Informou que perdeu a ação civil pública e recorreu para segunda instância, solicitando uma liminar para anular a exoneração do procurador anterior. Profa. Raiane ressaltou que desde o conhecimento do fato está agindo do ponto de vista administrativo e jurídico, para preservar a autonomia universitária, sempre com o apoio da Andifes.

Apresentação da Pró-reitoria de administração sobre o cenário orçamentário da Unifesp e perspectivas para o exercício de 2022- Profa. Raiane registrou que neste dia haverá uma reunião das instituições de ensino superior com a presidenta da comissão mista de orçamento, Senadora Rose de Freitas e com parlamentares da frente de defesa da educação para tratar dos orçamentos da universidade e da necessidade de recomposição dos orçamentos tendo como parâmetro 2019. Sra. Tânia Mara fez a apresentação do cenário orçamentário e como vai impactar a gestão 2022. No cenário econômico que se apresenta a situação ficou mais grave considerando a inflação crescente que impactará as ações de funcionamento, custeio da universidade e contrato com reajustes de 10%. Falou sobre a crise hídrica, e que mesmo com redução de consumo de energia elétrica, não foi possível diminuir a conta. Com a expectativa do retorno, ainda que gradativo, os recursos serão insuficientes para a manutenção das atividades, ou seja, a projeção é a ampliação de custo, mas com orçamento reduzido, um pouco maior que de 2020, mas menor que 2019. Mostrou o quadro com os recursos de custeio, investimento/capital e assistência estudantil PLOA 2022 (Proposta de Lei Orçamentária Anual). Informou que fechará o ano com pequeno déficit devido ao retorno presencial. Espera que com a forte atuação das universidades junto à Comissão Mista de Orçamento traga resultados positivos. Profa. Ana Lúcia observou a importância de insistir que o recurso de funcionamento básico de uma instituição não pode

ser considerado discricionário. Concordou que haverá um aumento de despesas na manutenção das universidades com o retorno presencial e os protocolos de biossegurança e lembrou que a obrigação das universidades aumentou muito com o Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). A importância das universidades e institutos de pesquisa ficou bem demonstrada no contexto da pandemia com pesquisas, atividades em parcerias com prefeituras e governo e esclarecimento à população, análise crítica e ações de cunho social com os mais afetados pela pandemia. Profa. Raiane ressaltou que com o orçamento apresentado para 2021/2022 a universidade não vai sobreviver, é necessário um recurso digno para realizar as atividades. Passou por 2021 com recursos de 2020 devido a redução de custos com as atividades realizadas remotamente, não teve recurso para capital, sendo que o auxílio para algumas obras veio através de emendas parlamentares. Houve também corte nos recursos para atividades de pesquisa no âmbito das universidades. As universidades públicas e a Andifes estão atuando junto à Frente Parlamentar de Educação e a presidenta da Comissão Mista do Orçamento, a senadora Rose de Freitas, pedindo a recomposição do orçamento conforme 2019. Profa. Ana Lúcia perguntou se a Andifes poderia enviar a demanda para encaminhar para os parlamentares. Profa. Raiane respondeu que a Andifes já apresentou um documento para a Senadora Rose de Freitas em nome das universidades. **Orçamento público para saúde e educação hoje-** Prof. Arthur Chioro analisou o PLOA 2022, demonstrando alguns parâmetros como o crescimento do PIB, bem como outros indicadores, IPCA, INPC. Lembrou da Emenda Constitucional 95/2019 que instituiu o teto de gastos públicos. A proposta orçamentária para 2022 apresenta déficit primário para o Governo Central de 49,6 bilhões, abaixo da meta estabelecida na LDO 2022 de déficit de 170,65 bilhões. A insuficiência para atingir a regra de ouro atinge 105,4 bilhões. Do modo como está colocada a regra de austeridade fiscal e controle do gasto público, não há possibilidade de ampliação do orçamento. Sobre o orçamento na Saúde para 2022: 134,48 bilhões, ou seja, menos 43,5 bilhões em 2022, diminuição de 40 bi para enfrentamento da pandemia, refletindo um enorme prejuízo para o Hospital Universitário, HU2, ambulatórios e rede onde os alunos atuam. Para exemplificar o desfinanciamento da saúde, apresentou o orçamento destinado à Fiocruz. Falou também sobre os recursos destinados à Ciência e Tecnologia, trazendo dados da FNDCT, CNPQ e Capes. Disse que o país não se prepara para utilizar o potencial de investimento público para retomada do desenvolvimento econômico, os países que enfrentaram a crise econômica oriunda da pandemia, fizeram fortes investimentos com recursos públicos em várias áreas. Sobre a desvinculação de gastos obrigatórios para saúde e educação, o Senado rejeitou o projeto de lei e a PEC emergencial. Finalizou dizendo que a política de austeridade, combinada com clientelismo e flexibilização seletiva de regras, está a serviço de um projeto neoliberal de governo, prejudicando a Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia. Profa. Raiane disse que a exposição sobre orçamento da Sra. Tânia Mara e do Prof. Arthur Chioro tiveram um caráter formativo, permitindo que a comunidade entenda como se constitui o processo orçamentário, como tramita e o que está acontecendo com o orçamento. A compreensão é necessária para pensar o modo de atuação do Conselho. Não há redução no orçamento, no que tange à saúde e educação, o que não permite avanços é o teto de gastos. Solicitou que o Conselho atue junto aos parlamentares para a recomposição do orçamento e também para que a emenda de bancada seja utilizada em prol das universidades. A Sra. Tania Mara disse que quanto ao teto de gastos, existe a possibilidade de ter remanejamento do recurso entre diversos programas, ações e ministérios do governo, há espaço para negociação de recursos. Prof. Fábio Venturini disse que como Conselho, o CEUS precisa atuar na sociedade civil e tornar o teto de gastos

como inimigo do republicanismo, da democracia e das políticas públicas. Sem a revogação da Emenda 95 não conseguirá restabelecer a democracia no país. Profa. Raiane sugeriu ao CEUS articular uma campanha para revogação da Emenda 95. Sobre a manifestação do CEUS de repúdio à substituição do procurador chefe da Unifesp, foi entregue à Profa. Raiane a nota elaborada por um grupo de conselheiros(as) para a leitura. Não havendo nenhuma manifestação de alteração, a nota foi aprovada. **Homologação de membro do CEUS para representação na Comissão Própria de Avaliação da Unifesp (CPA)**- Prof. Rogério Schlegel disse que a Unifesp está estimulando o movimento de aproximação com a sociedade civil, nesse sentido a CPA vislumbrou a possibilidade de um membro do CEUS ocupar um assento na Comissão. Esclareceu que a auto avaliação da universidade é feita através do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e que na Unifesp a CPA é inclusiva e bastante capilarizada. Prof. Walter Almeida Costa se candidatou para compor o CPA, sendo que não houve oposição à sua participação. **Recondução e indicação de membros do CEUS para participação no Comitê de Acompanhamento de Observatórios da Unifesp**- Prof. Anthony Diniz explicou que Observatório é um espaço para subsidiar a gestão pública em ações coletivas de cidadania ativa e participação social, regido pela Resolução Consu 177/2019. São 2 tipos de observatórios: institucionais, 1 por cada unidade universitária da Unifesp, que existe para analisar o impacto daquela unidade no seu entorno, e os temáticos, que estudam temáticas livres. Existem 2 comitês no âmbito dos observatórios: o de acompanhamento que observa se as propostas temáticas ou institucionais atendem aos princípios da resolução e o meta observatórios institucionais que atua em nível mais estratégico. A indicação de representação, titular e suplente, é para o Comitê de acompanhamento dos observatórios. Apresentou a definição dos critérios para credenciamento, a definição de fluxo do credenciamento, a definição de instrumentos de monitoramento e avaliação da política e modalidades de fomento. Profa. Raiane solicitou que 2 membros se colocassem para fazerem parte do Comitê de acompanhamento dos observatórios, ao que se candidataram Cristiano Carvalho de Sá e Márcia Aparecida de Freitas, logo em seguida Rita de Aparecida Angelos e Walmir Damasceno também se candidataram, mas após identificarem candidatos que se colocaram anteriormente, retiraram seus nomes. Não havendo oposição para a participação dos que se candidataram, os nomes foram aprovados para compor o Comitê de Acompanhamento. Não tendo mais assuntos a tratar e não havendo nenhuma manifestação, a Profa. Raiane encerrou a sessão agradecendo a participação de todos e todas.